

NINGUÉM É JUSTIFICADO POR OBRAS DA LEI

Pr. Albino Marks

“Sabendo, contudo, que o homem não é justificado por obras da lei (nómu), e sim mediante a fé em Cristo Jesus, também temos crido em Cristo Jesus, para que fôssemos justificados pela fé em Cristo e não por obras da lei (nómu), pois por obras da lei (nómu), ninguém será justificado” (Gl 2:16, NAA).

Em Gálatas, Paulo usa a palavra “nómos”, trinta e duas vezes, mas tal como na carta para os Romanos, o seu sentido não é único. Observemos alguns exemplos: Em Gálatas 4:21 e 22, declara: *“Digam-me vocês, os que querem estar sob a Lei (torah) (nómon): será que vocês não ouvem o que diz a Lei (torah) (nómon)? Pois está escrito que Abraão teve dois filhos: um da mulher escrava e outro da mulher livre [...]”* (NAA). Então descreve os problemas que foram criados entre as duas mães e os seus dois filhos.

Paulo relaciona *“os que querem estar sob a Lei”*, (nómon) com: *“não ouvem o que diz a Lei”* (nómon), relatando as dificuldades de relacionamento na família de Abraão, entre Sara e Hagar, Ismael e Isaque, registradas em detalhes nos capítulos 16 e 21 de Gênesis. De que lei o livro de Gênesis faz parte? Gênesis é o primeiro livro do Pentateuco, e também de toda a Escritura do Velho Testamento. Portanto, para o judeu ou israelita, Gênesis é o primeiro livro da “torah”, “nómos”, a lei.

Nos relatos do Pentateuco todos os acontecimentos históricos relacionados com pessoas ou a nação de Israel, são parte integrante da “torah”, “nómos”, a lei. Logo, a declaração de Paulo: *“será que vocês não ouvem o que diz a Lei (nómon?)”*, deve ser entendida como: *“vocês não ouvem o que diz a (nómos), no Pentateuco?”* Ou, de maneira mais direta: vocês nunca leram no livro de Gênesis, a história de Abraão, Sara, Hagar, Ismael e Isaque? Portanto, nesta pergunta de Paulo: *“será que vocês não ouvem o que diz a Lei (nómon?)”*, ele identifica o Pentateuco como a “nómos”, a lei, e especificamente o livro de Gênesis como integrante da “torah”, “nómos”, a lei.

Quer saber mais sobre o uso de Paulo de “nómos”, lei, em Gálatas? Acesse...

NINGUÉM É JUSTIFICADO POR OBRAS DA LEI

Vejamos outro argumento de Paulo: *“Seria, então, a lei (nómos) contrária às promessas de Deus? De modo nenhum! Porque, se fosse promulgada uma lei (nómos) que pudesse dar vida, então a justiça seria, de fato, procedente de lei (nómon)”* (Gl 3:21, NAA).

No argumento Paulo usa três vezes a mesma palavra: “nómos”, ou “nómon”, em sua devida declinação gramatical grega, sem identificar nenhuma lei, mas uma análise atenta revelará que o Pentateuco, a “torah”, “nómos”, ou mais especificamente, a lei cerimonial, não é contrária às promessas de Deus. Nas duas vezes seguintes atribui à palavra “nómos” um sentido genérico. Paulo argumenta: *“se fosse promulgada uma lei (nómos) que pudesse dar vida, então a justiça seria, de fato, procedente de lei (nómon)”* (Gl 3:21, NAA). Levanta a hipótese da formulação de uma lei, “nómos”, isto é, essa lei não existe. Mas se fosse formulada com o propósito de conceder vida, então a justiça seria procedente de lei, uma nova lei formulada.

O mesmo acontece em Gálatas 5:23: *“Contra estas coisas não há lei (nómos)”* (NAA). Contra o fruto do Espírito não existe lei. Nos três exemplos, seis vezes Paulo usa a palavra “nómos”, lei, mas em nenhuma delas a identifica com a lei dos Dez Mandamentos.

Portanto, compreende-se que a palavra “nómos”, lei, necessita da atenção ao contexto para entender o sentido correto.

“Por obras da lei (nómu), ninguém será justificado”. Com as considerações sobre o uso da palavra “nómos”, lei, pelo apóstolo Paulo, retornemos ao argumento introdutório em Gálatas 2:16.

Essa é a primeira vez que a palavra “nómos” aparece na epístola e no argumento Paulo refere a uma lei definida: *“Sabendo, contudo, que o homem não é justificado por obras da lei (nómu), e sim mediante a fé em Cristo Jesus, [...] e não por obras da lei (nómu), pois por obras da lei (nómu), ninguém será justificado”* (Gl 2:16, NAA).

Observe-se que Paulo contrapõe a justificação pelas obras da lei, à fé em Cristo Jesus.

A que lei, cuja prática de suas obras não justificam ninguém, Paulo se está referindo, enfatizando-o três vezes? À “torah”, “nómos”, o Pentateuco? À

“torah”, “nómos”, toda a Escritura Antiga? À “torah”, “nómos”, a lei moral? À “nómos”, a lei cerimonial? Ou alguma outra lei, “nómos”?

Duas questões, muito importantes são introduzidas por Paulo nesse argumento: as obras da lei não justificam ninguém; a justificação unicamente é obtida pela fé em Cristo.

Estas questões precisam ser analisadas à luz do processo de como o homem era perdoado e justificado por Deus, por ter cometido a transgressão da lei moral, desde a queda de Adão,

A transgressão de Adão e a lei. Os estudiosos da Escritura, analisam a desobediência de Adão sob dois aspectos: Adão transgrediu a ordem de Deus, *“não coma da árvore do conhecimento do bem e do mal”*, mas a ordem não está relacionada com a lei moral dos Dez Mandamentos. Outros analisam que a base do relacionamento se fundamentava sobre a lei moral, não explícita como código, mas revelada pelo caráter de Deus.

Analisando a ordem com mais profundidade, encontramos alguns conceitos bem interessantes e importantes. Na orientação e ordem de Deus, que foi dada antes do pecado, evidenciam-se os conceitos da graça, da lei e do julgamento ou juízo. *“Coma livremente”* – o conceito da graça. *“Mas não coma da árvore do conhecimento do bem e do mal”* – o conceito da lei. *“Se comer da árvore do bem e do mal, certamente você morrerá”* – o conceito da lei e do julgamento ou juízo (NVI).

Portanto, sem estar explícito, a ordem está fundamentada na lei moral. Não existe pecado onde não há lei. Não havendo pecado ou crime, não pode haver julgamento ou juízo. Somente é possível julgar os atos, onde existe lei para oferecer condições de avaliação dos atos. Portanto, não havendo lei, não existe pecado ou crime, e então, não há nada para julgar. Não havendo nada para julgar, não há razões para oferecer a dádiva da graça.

O ato de Adão, porém, foi muito mais do que desobedecer a uma simples ordem. Ele rompeu, quebrou o relacionamento com Deus, a Sua aliança eterna fundamentada na justiça, no amor, na harmonia, na graça e na confiança, mas que traz no seu fundamento, a lei moral. Isto se evidenciou de modo muito claro na reação de Adão, fugindo, escondendo-se da presença dAquele que até então era o seu melhor e maior Amigo, e procurando ocultar o resultado do seu ato, a sua nudez por causa da sua transgressão da lei. O ato de Adão, o pecado,

rompendo o relacionamento de amor, gerou o medo. Ele possuía clara consciência da lei moral e do julgamento inevitável. Enquanto Adão viveu o relacionamento de amor e graça com Deus, havia confiança, harmonia, felicidade e paz. A transgressão da lei moral, gerou o medo. João é incisivo ao declarar: *“No amor não existe medo”* (1Jo 4:18, NAA).

Quanto, realmente estava envolvido neste ato da quebra do relacionamento de amor e de harmonia, da parte de Adão? Quando Adão, conscientemente tomou do fruto proibido e comeu, *“porque Adão não foi seduzido”* (1Tm 2:14, TEB), negou e rejeitou a existência de seu Deus e Criador como único Deus e Senhor. Praticou a idolatria, ao ambicionar tornar-se igual a Deus, negando a sua dependência. Profanou o nome de Deus, ao colocar em dúvida a Sua palavra, desafiando a integridade do caráter de Deus. Rejeitou a Soberania do único Deus, Criador, Mantenedor e Senhor do Universo, ao aceitar a mentira do tentador, contra o qual fora advertido e alertado. Desonrou o Pai, não atendendo as Suas sábias orientações e advertências. Trouxe a morte sobre si e seus descendentes. Adulterou as ordens de Deus, ao aceitar a ideia de que ele poderia ser como Deus. Roubou a Deus de Sua glória, ao aceitar a orientação do tentador e desejando tornar-se um deus. Jogou falso testemunho contra Deus, ao desconfiar de Suas ordens. Foi dominado pela cobiça, desejando uma posição que somente pertence ao Deus eterno e imortal.

Portanto, na desobediência da ordem de Deus, Adão, em verdade cometeu o ato de transgressão de toda a lei moral, ainda que não estivesse expressa na forma escrita, como nós a conhecemos. Esta é a razão porque a transgressão atingiu, não somente a Adão, mas a toda a sua descendência, colocando-a sob a condenação à morte. À descendência de Adão foi dada a lei moral como a conhecemos.

O pecado de Adão, a justiça e a graça de Deus. Depois de tornar este mundo mais um lindo jardim, como já o fizera com muitos outros mundos espalhados por Seu imenso Universo, Deus criou o homem à Sua imagem e semelhança e colocou-o neste jardim para viver vida eterna e feliz. O Universo prorrompeu em cânticos de júbilo e exaltação ao Criador, quando engalanou este planeta e nele colocou o homem. Nas perguntas de Deus para Jó, está contida essa explosão de alegria de todo o Universo: *“onde estavas, quando fundei a*

terra [...] ao canto coral das estrelas matutinas e a aclamação dos Filhos de Deus?” (Jó 38:7, TEB).

Todavia, Adão foi vencido pelo inimigo e pecou. Colocou-se em desarmonia com o seu Deus e Criador por causa da transgressão da lei: *“mas da árvore do conhecimento do bem e do mal você não deve comer; porque, no dia em que dela comer, você certamente morrerá” (Gn 2:17, NAA).*

Havia abundância de delícias que poderiam e deveriam ser desfrutadas pelo casal recém criado. Apenas uma restrição foi estabelecida: a árvore do conhecimento do bem e do mal. Ali estava a prova de seu amor e lealdade a Deus. Adão não passou pela prova e cedeu às seduições do inimigo tentador. Desobedeceu à ordem de Deus e pecou. Adão devia morrer.

Entretanto, Deus revelou a Adão o Seu plano de redenção por meio de Sua justiça e da Sua graça: *“Porei inimizade entre você e a mulher, entre a sua descendência e o descendente dela. Este lhe ferirá a cabeça, e você lhe ferirá o calcanhar” (Gn 3:15, NAA).*

Para ensinar a Adão o processo de atuação da justiça e da graça, Deus usou um método simples, mas dramático. Ele muitas vezes transmite Seus ensinamentos por meio de cenas dramáticas para incutir e gravar as lições na mente de Seus filhos. Com Adão e Eva, na presença de Deus, o primeiro cordeiro foi morto, Deus executando a justiça da eternidade e imutabilidade da lei moral. Sem dúvida uma cena chocante para nossos primeiros pais. Sangue derramado e o dócil e inocente animal morrendo. Tipificava o *“Descendente da mulher”*, que viria como Redentor e Substituto para assumir a culpa da transgressão da lei e sofrer o castigo da justiça da sentença de morte que passou a pesar sobre a raça humana, representada em Adão, em consequência do seu pecado. O *“Descendente da mulher”*, é Cristo, o Cordeiro de Deus. *“No dia seguinte, vendo que Jesus vinha em sua direção, João disse: Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo” (Jo 1:29, NAA).*

No animal morto como substituto, estava a revelação da justiça, mas também da graça de Deus para a solução do problema do pecado. Pela graça, Adão teria desfrutado vida eterna e abundante se não pecasse, vivendo em harmonia com os preceitos da lei moral, expressão da vontade de Deus; como transgrediu a lei moral, se revelasse fé na morte do Substituto, por meio de quem Deus revelou e provisionou a graça, obteria justificação pelo perdão imerecido

pela graça e seria liberto da condenação à morte eterna: *“porque o salário do pecado é a morte, mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus nosso Senhor”* (Rm 6:23, NAA).

Para o pai da raça humana, o plano da salvação foi revelado como um dom da justiça e da graça de Deus. Adão seria perdoado e justificado por graça pela fé no Remidor vindouro. A lei moral não teria nenhuma participação no ato de justificação. Já havia desempenhado a sua parte: acusar e evidenciar o pecado de Adão e reclamar *“que as justas exigências da Lei fossem plenamente satisfeitas”* (Rm 8:4, NVI).

No processo de justificação o agente atuante seria outro: a graça de Deus por meio de Cristo Jesus. Com Adão e até a vinda do *“Descendente da mulher”*, o método era típico, usando como substituto, um animal inocente em lugar do transgressor culpado. O ensinamento sobre a atuação da justiça e da graça partia do conhecido para o desconhecido; do terreno para o celestial; do mortal para o eterno; do símbolo para a Realidade.

“As palavras de Cristo são representadas como pão do Céu. Assim que os discípulos comeram as palavras de Jesus, seu entendimento foi expandido. Passaram a buscar a verdade com dedicação, como a um tesouro escondido. Então entenderam melhor o valor da graça e da justiça de Cristo. Ao compreender Seu ensino, saíram da escuridão da aurora direto para o brilho do meio dia” (MM, 2022, p. 83).

Assim que a lei moral acusou a transgressão, a promessa do Redentor foi proclamada e um ato legal, uma outra lei, simples, mas clara suficiente para definir a conduta do pecador em seu procedimento para obter por meio da graça o perdão e a justificação, por causa de suas transgressões da lei moral, foi manifestada a Adão: o sacrifício do cordeiro substituto. Este ato legal por dois mil e quinhentos anos ensinou e lembrou a certeza do cumprimento da promessa com a vinda do Redentor e único justificador.

Todavia, no decurso do tempo o inimigo de Deus induziu o homem a práticas pervertidas em relação aos símbolos que ensinavam a justiça e a graça de Deus: *“O sistema sacrificial, entregue a Adão, foi também pervertido por seus descendentes. Superstição, idolatria, crueldade e licenciosidade, corrompiam o serviço simples e significativo que Deus instituíra”* (PP, p. 364).

Uma lei para ensinar a graça, o perdão e a justificação. Como o processo para obter o perdão e a justificação por meio da graça, passou a ser ensinado para o povo de Israel?

De Adão até o Sinai, o sacrifício do cordeiro substituto atravessou dois mil e quinhentos anos. O pecador readquiria a justiça, por meio da graça, recebendo o perdão e a justificação pela fé no Salvador tipificado na morte do cordeiro substituto. O pecador sabia sem a menor dúvida, que necessitava apresentar um cordeiro substituto quando em situação de transgressão da lei moral e pecado. Na morte do animal inocente era executada a justiça requerida pela lei moral e oferecida a graça e a justificação para o pecador culpado, no cumprimento do ato legal oferecendo o cordeiro substituto.

De Abraão até o Sinai, é importante lembrar que houve o período de quatrocentos e trinta anos em Canaã e no Egito. Sob a opressão da escravidão egípcia o sistema simples perdeu-se ao longo do tempo. Foi abandonado e esquecido.

No Sinai, o ato legal do cordeiro substituto por orientação divina recebeu cerimônias e símbolos adicionais e foi codificado em forma de lei com o mesmo objetivo de lembrar e ensinar para o pecador a certeza do cumprimento da promessa da vinda do Redentor, em Quem seria executada a justiça requerida pela lei moral, e por meio de Sua morte, oferecida a graça, que pela fé, concedia o perdão e a justificação.

Tornou-se conhecida como a lei cerimonial. Junto com as outras leis: sacerdotais, de saúde, civis, e outros princípios de orientação para o bem-estar de uma comunidade, formaram o livro chamado: “a torah”, ou, o “Livro da lei do Senhor, ou, mais comumente: o “Livro da lei de Moisés”, distinguindo-a da lei dos Dez Mandamentos, ou também, a lei de Deus.

Esta distinção está muito bem caracterizada pela maneira como foram escritas e guardadas. A lei de Deus, os Dez Mandamentos, “o Senhor escreveu nas tábuas” (Dt 10:4, NAA), de pedra preparadas por Moisés (Dt 10:1,2). Depois de receber as tábuas de pedra, Moisés declarou: “*pus as tábuas na arca que eu havia feito; e ali estão como o Senhor me ordenou*” (Dt 10:5, NAA).

Do livro da lei, a “torah”, é declarado que “*tendo Moisés acabado de escrever, integralmente, as palavras desta lei num livro, deu ordem aos levitas.*

[...] Peguem este Livro da Lei e coloquem-no ao lado da arca da aliança do Senhor, seu Deus, para que fique ali como testemunha contra vocês” (Dt 31:24-24, NAA). É importante lembrar que a lei moral, os Dez Mandamentos também estavam inseridos na “torah”, o livro da lei.

Entretanto, o próprio Deus, já havia escrito os Dez Mandamentos em duas tábuas de pedra, revelando assim que esta lei é eterna e imutável como o seu Autor que a redigiu, permanente como as rochas *“dos montes eternos”* (Gn 49:26, NAA), de onde as tábuas foram tiradas.

A lei cerimonial com seus ritos e símbolos típicos, foi redigida e escrita por Moisés, em um livro, revelando a sua transitoriedade, como instrumento típico, *“até que viesse o Descendente a quem se referia a promessa”* (Gl 3:19, NVI), o prometido Salvador, o Descendente da mulher: *“ao seu Descendente, que é Cristo”* (Gl 3:16, NAA).

Ora, os judeus aprenderam que transgredindo a lei moral, para obter o perdão e a justificação, conforme instruções da lei cerimonial, no santuário eram diariamente oferecidos dois cordeiros como sacrifício contínuo, tipificando a permanente graça de Deus. A fé nesta provisão de Deus, conferia-lhes a certeza da reconciliação.

No entanto, essa certeza não declarava o caso como totalmente solucionado. Em ocasião oportuna, e mais especificamente nas três oportunidades das grandes festas espirituais, o transgressor trazia o seu cordeiro para o sacrifício, apresentando-se no santuário perante o sacerdote e o altar dos sacrifícios, para cumprir determinados ritos e desse modo expiar a transgressão.

Esse é o claro ensino contido na lei das cerimônias e assim o povo de Israel procedia. *“Fala aos filhos de Israel, dizendo: Quando alguém pecar [...] contra qualquer dos mandamentos do Senhor, [...] oferecerá pelo seu pecado [...]. Assim, o sacerdote, por essa pessoa, fará expiação do seu pecado que cometeu, e lhe será perdoado”* (Lv 4:2, 3, 35, ARA).

Quando alguém pecava contra qualquer dos mandamentos do Senhor, preceitos da lei moral, compreendia que a própria lei moral o condenava e o declarava injusto. O pecador não buscava justificação praticando dali para frente à risca, os princípios da lei moral. Praticava-os sim, para não agravar a sua condição de pecador, continuando e aumentando as práticas pecaminosas.

Porém, o pecado cometido sempre lhe estava presente. Confessou o rei Davi: *“O meu pecado está sempre diante de mim”* (Sl 51:3, ARA).

Para obter o perdão e ser declarado justo recorria ao sacrifício de inocente animal acompanhado dos ritos cerimoniais. Na apresentação e sacrifício do inocente substituto, o pecador estava expressando o seu arrependimento e fazendo a confissão de seus pecados e conseqüentemente pedindo o perdão e a justificação. Todo este ritual era executado com inteira confiança na graça de Deus. O animal que morria em favor do pecador, tipificava Cristo. O perdão era obtido não pela fé no animal, mas pela fé em Quem ele tipificava. Todo o processo fundamentava-se na graça tipificada, apontando para o verdadeiro e real sacrifício da graça – Jesus. O arrependimento e a confissão sinceros sempre eram aceitos por Deus em demonstrações que transmitiam esta certeza para o suplicante. Cumprido o ritual, retornava para casa, jubiloso, sentindo-se reconciliado com Deus, o Pai, de quem se separara pela transgressão da lei moral.

Com Jesus Cristo, morrendo sobre a cruz, as cerimônias e os sacrifícios típicos pelas transgressões cessaram, porque, Jesus, o único sacrifício perfeito e completo para *“satisfazer plenamente as justas exigências da lei”* moral (Rm 8:4), perdoar todos os pecados de todos os tempos e de todos os pecadores e justificar pela fé a todos aqueles que aceitam a provisão perdoadora e justificadora de Deus. O pecador é justificado sem a intermediação das obras da lei cerimonial.

Ellen G. White, fez um comentário muito esclarecedor sobre o único e real sacrifício que satisfaz a exigência da lei moral em sua sentença de condenação por causa da transgressão: *“o plano pelo qual poderia unicamente conseguir-se a salvação do homem abrangia o Céu todo em seu infinito sacrifício. Os anjos não puderam regozijar-se ao desvendar-lhes Cristo o plano da redenção; pois viram que a salvação do homem deveria custar a indizível mágoa de seu amado Comandante. [...] Cristo assegurou aos anjos que pela Sua morte resgataria a muitos, e destruiria aquele que tinha o poder da morte. [...] Então alegria, inexprimível alegria, encheu o Céu. A glória e bem-aventurança de um mundo remido sobrepujaram mesmo a angústia e sacrifício do Príncipe da vida”* (PP, p. 58, 59, 60).

O apóstolo Paulo fez uma declaração muito poderosa sobre a lei cerimonial como instrumento justificador típico das transgressões, mas que em si mesmo não possuía poder para justificar. E, desvirtuado em sua prática pelas lideranças espirituais sob a influência de Satanás, perdeu todo o seu real significado no processo da justificação. Entretanto, Satanás foi impotente para destruir o verdadeiro e único Justificador: *“E, por meio dele, todo o que crê é justificado de todas as coisas das quais vocês não puderam ser justificados pela lei (nómu) de Moisés”* (At 13:39, NAA).

Como a liderança israelita desvirtuou os símbolos e transformou os serviços espirituais em fonte de lucro material, continuaram ensinando e praticando o ritualismo, depois da cruz, como já fora feito durante séculos ao longo de gerações. Sob estas circunstâncias, o cerimonialismo, que era o ensino sobre o perdão e a justificação pela graça por meio de cerimônias e símbolos, tipificando Cristo, transformou-se em jugo legalista. A lei cerimonial, com todos os seus tipos, que deveriam conduzir a Cristo, tornaram-se pesado e inútil fardo, da salvação pelas obras, pela prática das quais ninguém é justificado.

A respeito do ensino judaizante escreveu Ellen G. White: *“Estes falsos ensinadores estavam misturando tradições judaicas com as verdades do evangelho. Desconsiderando a decisão do concílio geral de Jerusalém, impuseram aos crentes gentios a observância da lei cerimonial”* (AA, p. 383).

Esta era a grande dificuldade dos judaizantes que gerou o conflito com Paulo. Ele pregava o fim da lei das cerimônias, que veio por causa das transgressões da lei moral, quatrocentos e trinta anos depois da promessa reafirmada para Abraão, para exaltar a morte de Cristo, como a solução final e completa para o problema da temporalidade do pecado: *“portanto, era necessário que as cópias das coisas que estão nos céus fossem purificadas com esses sacrifícios, mas as próprias coisas celestiais com sacrifícios superiores. Pois Cristo não entrou em santuário feito por homens, uma simples representação do verdadeiro; ele entrou nos céus, para agora se apresentar diante de Deus em nosso favor; não, porém, para se oferecer repetidas vezes, à semelhança do sumo sacerdote que entra no Santo dos Santos todos os anos, com sangue alheio. Se assim fosse, Cristo precisaria sofrer muitas vezes, desde o começo do mundo. Mas agora ele apareceu uma vez por todas no fim dos tempos, para aniquilar o pecado mediante o sacrifício de si mesmo. [...] Assim*

também Cristo foi oferecido em sacrifício uma única vez, para tirar os pecados de muitos” (Hb 9:23-28, NVI).

O argumento de Paulo é claro e convincente. Tudo o que era típico no santuário terrestre, para perdoar e justificar o pecador de sua transgressão da lei moral, isto pela fé centralizada na promessa da vinda do Redentor e Justificador, Jesus, com Jesus passou a ser real no santuário celestial, iniciando com o Seu sacrifício Substituto no altar dos sacrifícios no pátio, a cruz do Calvário (Hb 13:12, 13), para então entrar no santuário celestial e *“se apresentar diante de Deus em nosso favor”* (Hb 9:24, NVI).

Para os Romanos Paulo escreveu: *“Portanto o que fora impossível à lei (nómu), no que estava enferma pela carne, isso fez Deus ónviando o seu próprio Filho”* (Rm 8:3, ARA)

Escrevendo aos Hebreus, o mesmo argumento é exposto de maneira mais ampla e clara: *“Entretanto, nesses sacrifícios ocorre recordação de pecados todos os anos, porque é impossível que o sangue de touros e de bodes remova pecados”, para completar: “Remove o primeiro para estabelecer o segundo. Nessa vontade é que temos sido santificados, mediante a oferta do corpo de Jesus Cristo, uma vez por todas”.* (Hb 10:3, 4, 9, 10, NAA).

É fácil compreender que a argumentação gira em torno da transição do regime das cerimônias e símbolos – *“portanto, o que fora impossível à lei (nómu), no que estava enferma pela carne, isso fez Deus enviando o seu próprio Filho. [...] Porque é impossível que sangue de touros e bodes remova pecados”* – para o sacrifício real de Jesus. *“Remove o primeiro”,* a lei das cerimônias e símbolos, *“para estabelecer o segundo”,* o sacrifício do corpo de Jesus. Significa que Jesus nasceu e viveu sob a lei cerimonial e morreu para fazê-la cessar como obrigação prática espiritual.

Que lei condena o pecador por causa da transgressão? A lei moral. Que lei Deus estabeleceu para tipicamente solucionar o problema do pecado, consequência da transgressão? O ato legal do Substituto firmado com Adão, reafirmado com os patriarcas e a lei cerimonial firmada com Israel, que se constitui uma ampliação do ato legal.

O ato legal e a lei das cerimônias, em si, solucionam o problema do pecado? Não! Nunca! Era uma solução típica que requeria fé no Substituto prometido, assim que Adão pecou. (Gn 3:15).

A solução para o problema do pecado, não e nunca foi atribuído à lei moral. A solução típica foi atribuída ao ato legal até o Sinai, e à lei cerimonial, dada para Israel, até a cruz. A solução real e final está na cruz, na morte Substituta de Jesus. *“Sabendo, contudo, que o homem não é justificado por obras da lei (nómu), e sim mediante a fé em Cristo Jesus, também temos crido em Cristo Jesus, para que fôssemos justificados pela fé em Cristo e não por obras da lei (nómu), pois por obras da lei (nómu), ninguém será justificado”* (Gl 2:16, NAA).

O que aconteceu com o serviço espiritual israelita é que as lideranças encontraram nele uma lucrativa fonte monetária. Buscando a riqueza material, desvirtuaram o sistema, por influência do poder enganador de Satanás e perderam de vista as riquezas espirituais, desprezando a Pérola de grande preço. O perdão e a justificação eram oferecidos mediante os sacrifícios de animais, sem a fé no verdadeiro centro - Cristo.

Este fato está muito evidente nas duas vezes em que Jesus expulsou os mercadores espirituais do templo. A primeira vez no início do Seu ministério e a segunda, nos últimos dias. O ato de Jesus estava ligado aos animais típicos que eram vendidos por preços extorsivos, com o argumento de que por meio desses sacrifícios obtinham o perdão de seus pecados contra a lei moral e eram justificados. Obliteravam, no entanto, o profundo significado típico desses animais, não ensinando a fé no verdadeiro sacrifício pelos pecados na morte expiatória de Cristo. Para aqueles mercadores, quanto maior o número de transgressões da lei moral, maior o lucro monetário.

Os judeus praticavam a justiça comunicada da lei, com zelo legalista, e rejeitaram a justiça imputada da graça de Cristo. Hoje, o cristianismo aceita a justiça imputada da graça de Cristo, com convicções de liberalismo, e rejeita a justiça da graça comunicada pela obediência da lei moral. Como adventistas, aceitamos com alegria a justiça imputada por Cristo pela graça e aceitamos a justiça comunicada pela obediência da lei moral, movidos *“pelo amor de Cristo que nos constrange”* (2Co 5:14).

Em contraposição ao já consumado serviço de símbolos e cerimônias, transformado em sistema legalista sem nenhum poder para justificar, Paulo apresentava o único justificador que estava retratado em todo o cerimonialismo, mas que deixou de ser reconhecido como tal e foi rejeitado quando oferecido

como o real, único e verdadeiro valor de resgate e oferta de perdão, justificação e reconciliação.

“Os judeus estavam para celebrar a páscoa em Jerusalém, em comemoração da noite de libertação de Israel, ocasião em que o anjo destruidor feriu os lares egípcios. No cordeiro pascal, o Senhor desejava que vissem o Cordeiro de Deus e, mediante o símbolo, recebessem Aquele que Se entregou pela vida do mundo. Mas os judeus tinham chegado a ponto de dar toda a importância ao símbolo, enquanto passavam por alto seu significado. Não discerniram o corpo do Senhor (1Co 11:28)” (DTN, p. 388, 389).

*Ao mesmo tempo os judeus, por seus pecados, estavam-se separando de Deus. Eram incapazes de discernir o profundo significado espiritual do seu serviço simbólico. Em sua justiça própria confiaram em suas próprias obras, nos sacrifícios e ordenanças em si, em vez de descansar nos méritos dAquele a quem todas essas coisas apontavam. Assim ‘procuravam estabelecer a sua própria justiça’ (Rm 10:3), edificaram-se sobre um formalismo auto suficiente. Faltando-lhes o Espírito e a graça de Deus, procuravam ressarcir a falta **mediante rigorosa observância das cerimônias e ritos religiosos**. Não contentes com as ordenanças que o próprio Deus havia designado, obstruíram os mandamentos divinos com incontáveis exações por si mesmo urdidas. Quanto mais se distanciavam de Deus, **mais rigorosos eram na obediência dessas formas**” (PR, p. 708, 709. (Grifo acrescentado).*

Esse foi o grande problema espiritual israelita: *“Sua religião se centralizara nas cerimônias do sistema sacrificial. Haviam tornado todo-importante as formas exteriores, ao perderem o espírito da verdadeira adoração. [...] O Senhor atuara para levar o povo ao cativeiro e suspender os serviços do templo, a fim de que as cerimônias exteriores não se tornassem a totalidade de sua religião. [...] A glória exterior foi removida, para que se revelasse a espiritual...” (MM, 2002, p. 335).*

Contexto da declaração de Paulo. Qual o contexto da forte declaração de Paulo: *“Sabendo, contudo, que o homem não é justificado por obras da lei (nómu), e sim mediante a fé em Cristo Jesus, também temos crido em Cristo Jesus, para que fôssemos justificados pela fé em Cristo e não por obras da lei (nómu), pois por obras da lei (nómu), ninguém será justificado” (Gl 2:16, NAA).*

O que aconteceu na igreja de Antioquia para o apóstolo Paulo fazer essa declaração contundente sobre a lei (nómos), que já deu oportunidade para muitos comentários conflitantes pró e contra a abolição da lei moral?

Segundo a verdade do evangelho. O argumento que precede a declaração ilumina o seu fundamento: *“quando, porém, vi que não procediam corretamente segundo a verdade do evangelho, eu disse a Cefas, na presença de todos: Se você, que é judeu, vive como gentio e não como judeu, por que quer obrigar os gentios a viverem como judeus?”* (Gl 2:14, NAA).

Qual é a grande verdade do evangelho, da qual Pedro e outros líderes se afastaram, *não procedendo corretamente*? Seria o abandono da fé em Jesus como o único Salvador e manifestação da graça de Deus, para defender a salvação pela obediência à lei moral? O contexto não oferece margem para esta compreensão e interpretação. O contexto está relacionado com: *“antes de chegarem alguns da parte de Tiago, ele comia com os gentios. [...] temendo os que eram da circuncisão* (Gl 2:12, NVI).

A verdade do evangelho sobre a qual Paulo argumenta, é a fé na salvação pela graça manifestada por Jesus, independente da circuncisão, da lei cerimonial e da tradição. Estas questões constituíam o motivo da dissimulação de Pedro e dos demais líderes e da severa repreensão do apóstolo Paulo.

Disse a Cefas na presença de todos. No argumento a clareza é palpável: Pedro, judeu, em suas convicções espirituais, abandonara a intermediação dos símbolos cerimoniais e das tradições de elaboração humana, e aceitara, vivia e pregava a experiência cristã da fé em Cristo, compreendendo-a, portanto, perfeitamente. Pedro não negou a sua convicção na justificação e na salvação pela fé na graça de Cristo. Diante de conterrâneos cerimonialistas, porém, temia professar a sua verdadeira fé. O argumento do apóstolo Paulo sugere que no seu disfarce chegou a ensinar aos gentios certos ritos cerimoniais e práticas da Tradição: *“como pode obrigar gentios...”* (Gl 2:14, NVI). O verso 18 reforça a hipótese: *“se reconstruo o que destruí, provo que sou transgressor”* (NVI). Essa atitude de hipocrisia e temor da parte de Pedro, levou Paulo a repreender pública e severamente seu colega de ministério.

Fundamentado em sua repreensão, Paulo passa para a argumentação sobre a justificação pela fé em Cristo Jesus: *“Nós, judeus de nascimento e não*

‘gentios pecadores’, sabemos que ninguém é justificado pela prática da Lei (nómu), mas mediante a fé em Jesus Cristo” (Gl 2:15,16, NVI).

Nós, judeus. Esta expressão é o elo ligando a repreensão à extensa argumentação de Paulo sobre o papel desempenhado pelas leis cerimoniais. Após a franca repreensão à seus colegas de ministério por procurar impor jugo desnecessário aos novos crentes vindos do mundo gentílico, Paulo conclui: *nós, judeus por nascimento, gozando de todos os privilégios concernentes ao conhecimento das verdades eternas, que conduzem à salvação, sabemos e temos plena certeza, “que o homem não é justificado por obras da lei (nómu), e sim mediante a fé em Cristo Jesus, também temos crido em Cristo Jesus, para que fôssemos justificados pela fé em Cristo e não por obras da lei (nómu), pois por obras da lei (nómu), ninguém será justificado” (Gl 2:15, 16, NAA).*

Fez então, uma declaração contundente que aniquila qualquer tentativa de defesa da parte Pedro: *“porque, se volto a edificar aquilo que destruí, a mim mesmo constituo transgressor” (Gl 2:18, NAA).*

Se volto a edificar aquilo que destruí. Parafraseando, podemos dizer: se torno a ensinar o que não mais aceito como vigente, constituo-me a mim mesmo como transgressor, por não praticar aquilo que prego. Paulo está repreendendo Pedro por sua conduta contraditória em relação a salvação pela fé na graça de Jesus e a prática da lei cerimonial, da circuncisão e tradições. Pedro em sua fé, compreensão e ensino, trocara as cerimônias do santuário, a circuncisão e as tradições, pela fé em Jesus como o único justificador e o fim do ritualismo: *“você sabem muito bem que é contra a nossa lei um judeu associar-se a um gentio. [...] A seguir Pedro disse: pode alguém negar a água, impedindo que estes sejam batizados? [...] Se, pois, Deus lhes deu o mesmo dom que nos tinha dado quando cremos no Senhor Jesus Cristo, quem seria eu para pensar em opor-me a Deus?” (At 10:28, 46, 47, e 11:17, NVI).*

Mas em face de cerimonialistas, Pedro, perturbado, vacila e passa a ensinar o que já havia destruído. Se Pedro pregava o ritualismo, se insistia na prática de suas cerimônias, se apelava às tradições, sem nenhum valor espiritual, devia ele, forçosamente, também observá-las e praticá-las, para não condenar a si mesmo como transgressor pelos próprios ensinamentos.

Paulo ainda argumenta: se Cristo foi feito Justiça Nossa, como vou ensinar aos outros, o que não creio nem admito? Seria a mais hipócrita

contradição. Ora, Pedro cria em Cristo como seu único justificador, como, pois, estava insistindo em ritos completamente destituídos de valor e poder em face da realidade de Cristo? Esta atitude foi tremendamente chocante para Paulo, e não a tolerou.

Em seu tratado para os Hebreus, Paulo coloca a caducidade da lei cerimonial nestas palavras: *“quanto mais o sangue de Cristo que, por um Espírito eterno, se ofereceu a si mesmo a Deus como vítima sem mancha, há de purificar nossa consciência das obras mortas para que prestemos um culto ao Deus vivo”* (Hb 9:14, BJ).

Coloquemos ao lado a tradução da “Bíblia na Linguagem de Hoje”: *“Se isso é assim, imaginem então quanto maior ainda é o poder do sangue de Cristo! Por meio do Espírito eterno ele se ofereceu a si mesmo como sacrifício perfeito a Deus. E o seu sangue nos purifica por dentro, tirando as nossas culpas; assim podemos servir ao Deus vivo, pois já não praticamos cerimônias que não adiantam nada”*.

Obras mortas. Que obras mortas são essas? A fé no Redentor por meio dos símbolos e cerimônias antes da cruz? Ou a prática desses mesmos símbolos e cerimônias, sem o verdadeiro centro justificador, Cristo Jesus, antes e depois da cruz? Ou a conduta em harmonia com a lei moral?

Se aceitarmos que *“obras mortas”*, refere ao cerimonialismo típico ensinando a mensagem da justificação pela fé por meio do Justificador vindouro, antes da cruz, então a nossa compreensão do caráter de Deus está totalmente fora de prumo. Teríamos um Deus que aplicou tremenda farsa em nossos antepassados espirituais. Durante milênios praticaram uma experiência espiritual de símbolos e tipos, que não simbolizavam e não tipificavam nada. E todo esse cerimonialismo vazio e sem sentido algum, foi passado com a maior seriedade de pai para filho, geração após geração.

Teríamos um Deus que ensinou um paganismo teocrático, para de alguma forma ocupar o tempo e a mente dos adoradores. Essa ideia é sem dúvida ofensiva e abominável a um Deus amoroso e justo. As obras cerimoniais em si mesmas eram mortas, mas pela fé, tipificavam o Redentor vivo. Transmitiam e ensinavam lições vivas da justiça e da graça de Deus, para salvar.

No entanto, depois da cruz, tornaram-se **“obras mortas”** de verdade, porque então sim, não tipificavam mais nada, porque o Antítipo já havia vindo e *“se ofereceu a Deus como vítima sem mancha”*. Ou: *“se ofereceu a si mesmo como sacrifício perfeito a Deus [...] tirando as nossas culpas; assim podemos servir ao Deus vivo, pois já não praticamos cerimônias que não adiantam nada”* (Hb 9:14).

O argumento aos Hebreus traz o mesmo significado de Paulo aos gálatas: As cerimônias típicas praticadas depois da cruz, são obras mortas ou cerimônias que não adiantam nada. *“Pois por obras da lei (nómu), (das cerimônias) ninguém será justificado”* (Gl 2:16, NAA).

No entanto, o Justificador já assumiu o lugar do pecador e tornou-se o centro vivo em Quem se centraliza a fé. A fé dos que viveram antes da cruz e necessitaram das cerimônias. A fé dos que vivem depois da cruz e não precisam das cerimônias. A graça está manifesta em Cristo.

Estou crucificado com Cristo. Paulo, então adiciona uma declaração conclusiva que sela toda a argumentação precedente: *“Por que eu, mediante a própria lei (nómu), morri para a lei (nómu), a fim de viver para Deus. Estou crucificado com Cristo; logo, já não sou eu quem vive, mas Cristo vive em mim. E esse viver que agora tenho na carne, vivo pela fé no Filho de Deus, que me amou e se entregou por mim”* (Gl 2: 19, 20, NAA).

Mediante que lei, ele, Paulo, morreu para a lei? Nas duas vezes, Paulo usa a palavra “nómos”, que pode identificar todo o Velho Testamento, todo o Pentateuco, a lei moral dos Dez Mandamentos, a lei cerimonial, a lei sacerdotal e mesmo outro conjunto de leis.

Na sua declaração, Paulo estaria rejeitando e se declarando morto para todo o Velho Testamento? Todo o Pentateuco? Para a lei moral dos Dez Mandamentos? A lei cerimonial? A lei sacerdotal? Ou, qualquer outra lei? Como Paulo usa o termo genérico, “nómos”, correspondente a “torah”, no hebraico, que envolve toda a legislação da teocracia israelita, somente o contexto da argumentação de Paulo nos pode conduzir para a compreensão correta para qual lei ele se declara morto.

Morto para a lei moral? Se interpretarmos que: *“mediante a própria lei, morri para a lei”*, Paulo está declarando que morreu para a lei moral, como se ela deixou de existir para ele, certamente nos defrontamos com vários

problemas. Durante quatro mil anos Deus lidou com as transgressões, o problema da temporalidade do pecado e pecadores, tendo como parâmetro de avaliação da justiça e do pecado, a lei moral. A graça era oferecida no sacrifício substituto e de todos os serviços do santuário, regidos pela lei cerimonial. Nessa maneira de agir, todos os transgressores da lei moral, que aceitavam a graça tipificada no cordeiro, eram perdoados e justificados pela fé no Redentor da promessa. Com o perdão e a justificação, obtidos pela fé no Redentor da promessa, tipificado nos ritos e símbolos da lei cerimonial, eram declarados justos, em paz com Deus e em harmonia com a Sua lei moral, porque a justiça dela foi tipicamente executada no Redentor prometido, ao ser executada na vítima substituta, o cordeiro.